



**P R E F E I T U R A D E S Ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS CONTINUADOS DE PROCESSAMENTO DE ROUPAS HOSPITALARES, COMPREENDENDO, NO MÍNIMO, O FORNECIMENTO DE ENXOVAL EM REGIME DE COMODATO, COLETA, LAVAGEM, DESINFECÇÃO, SECAGEM E DISTRIBUIÇÃO, REPOSIÇÃO, TRANSPORTE, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE RASTREAMENTO INDIVIDUALIZADO DAS PEÇAS POR MEIO DE TECNOLOGIA RFID (OU EQUIVALENTE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SEMUS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DORAVANTE ESTABELECIDAS.**

**BASE LEGAL: FEDERAL: LEI Nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES.**

**MUNICIPAL: DECRETO Nº 60.155/2024, DECRETO Nº 62.276/2026 E PROCESSO Nº 15901.001415/2026.**

**O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.816.886/0001-98, com sede na rua Dep. Raimundo Vieira da Silva, n. 2000, Parque do Bom Menino, Centro, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, neste ato representada por seu titular a Sr.(a) **ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA**, portador(a) da carteira de identidade nº. **0000616983964**, expedida pela SSP/MA e inscrito(a) no CPF sob nº. **629.335.313-72**, residente e domiciliado(a) nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e-mail eletrônico XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador(a) da C.I. n.º XXXXXXXX XX/XX e CPF n.º XXXXXXXXXXXX, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, que se regerá pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a legislação que rege a espécie, atendidas as cláusulas e condições que se anunciam a seguir:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

1. O presente Contrato obedece aos termos do Edital da Proposta e da Lei nº 14.133/2021, art. 28, inciso I, art. 78, inciso IV, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 60.155/2024 e Decreto nº 62.276/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2. O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada em serviços continuados de processamento de roupas hospitalares, compreendendo, no mínimo, o fornecimento de enxoval em regime de comodato, coleta, lavagem, desinfecção, secagem e distribuição, reposição, transporte, incluindo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e sistema de rastreamento individualizado das peças por meio de tecnologia RFID (ou equivalente), para atender as necessidades das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, constante no anexo I do Edital de licitação em epígrafe e em conformidade com a proposta da CONTRATADA.

**2.1. Compõem o objeto da contratação:**

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD	PREÇO R\$	
				UNIT.	TOTAL
VALOR TOTAL					R\$ XXXXXXX

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4. O Termo de Referência;

2.5. O Edital do Pregão nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

2.6. A proposta do contratado;

2.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.8. Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. A contratada deverá estar plenamente apta a iniciar a execução dos serviços de processamento de roupas hospitalares no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data da assinatura do Contrato Administrativo, período destinado à mobilização inicial da estrutura necessária à execução do objeto.

3.2. O prazo de mobilização inicial compreende, obrigatoriamente e de forma cumulativa:

3.2.1. A disponibilização de unidade própria de processamento de roupas hospitalares na Grande Ilha de São Luís, compreendida como a região metropolitana formada pelos Municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa – MA, dotada de infraestrutura física adequada, equipamentos compatíveis, capacidade operacional instalada e recursos humanos qualificados, suficiente para atendimento integral do objeto contratado, vedada a subcontratação do



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

processamento, admitindo-se, excepcionalmente, unidade localizada fora dessa área, desde que a licitante comprove capacidade logística suficiente para cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e condições operacionais exigidas pela Administração.

**3.2.2.** A disponibilização integral do enxoval hospitalar em regime de comodato, em quantidade suficiente para atendimento da demanda das Unidades de Saúde do Município de São Luís – MA, observada a grade de peças, a relação das unidades e os quantitativos previstos nos anexos deste termo de referência, vedada a subcontratação do fornecimento do enxoval.

**3.2.3.** O prazo de mobilização inicial poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada da contratada, desde que aceite expressamente pela contratante, observado o interesse público e a avaliação técnica da justificativa apresentada.

**3.2.4.** A contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação ao término do prazo de mobilização inicialmente pactuado, quaisquer causas supervenientes que possam comprometer o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando justificativa técnica devidamente comprovada.

**3.2.5.** O não cumprimento do prazo de mobilização inicial, em qualquer de seus componentes, caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas no contrato administrativo e na legislação aplicável, sem prejuízo da eventual rescisão contratual.

**3.2.6.** A contratada deverá comunicar ao fiscal do contrato, também com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data prevista para a conclusão da mobilização, para fins de organização administrativa, verificação documental e eventual vistoria técnica, quando cabível.

**3.3.** As obrigações previstas neste item guardam correspondência direta com as declarações exigidas como condição de habilitação, notadamente:

**3.3.1.** Declaração de Disponibilização de Lavanderia Hospitalar Própria;

**3.3.2.** Declaração de Disponibilização de Enxoval Hospitalar em Regime de Comodato.

#### **3.4. PARÂMETROS TÉCNICOS DOS SERVIÇOS**

**3.4.1.** Quanto à prestação do serviço definiu-se os seguintes parâmetros:

**3.4.1.1.** Os comandos legais pertinentes à lavanderia estão contidos no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco, 2009 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que atualiza o Manual de Lavanderia Hospitalar do Ministério da Saúde – 1986;

**3.4.1.2.** Antes do início da prestação dos serviços, a empresa especializada, em data e local a acordar com a Equipe de Fiscalização da SEMUS, deverá realizar reunião inicial para apresentação do planejamento de operação e demais informações relevantes para a execução dos serviços;

**3.4.1.3.** Antes do início da prestação dos serviços, a empresa especializada, em data e local a acordar com a Equipe de Fiscalização da SEMUS, deverá realizar reunião inicial para apresentação do planejamento de operação e demais informações relevantes para a execução dos serviços;

**3.4.1.4.** A empresa especializada deverá apresentar POP – Procedimento Operacional Padrão, do processo de lavagem, descrevendo a operação, dosagem dos produtos, tempo de lavagem e



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

temperatura da água e dos procedimentos a serem realizados para: sujeira pesada, sangue, fezes, vômitos e outras sujidades protéicas; sujeira leve, sem presença de fluidos corpóreos, sangue e/ou produtos químicos;

3.4.1.5. Os serviços especializado de Lavanderia serão realizados por Ordem de Serviço, mediante ajuste inicial entre a ambas as partes, empresa e SEMUS, os quais subsidiarão o faturamento mensal, **que será por quilo (kg) de roupa efetivamente processada (suja)**, e quando houver necessidade, reparada (pequenos reparos); Entende-se por pequenos reparos os que se destinam a recuperar as peças que ainda seja possível a utilização, mas estejam com algum dano (pequenos furos, rasgos e descosturas, etc);

3.4.1.6. As coletas de roupas sujas e a entrega de roupas limpas deverão ser realizadas em horários que atendam à demanda da unidade de saúde e que estejam de acordo com as especificações técnicas definidas em Lei;

3.4.1.7. A cada coleta de roupas sujas, peças devidamente processadas/limpas deverão ser deixadas na unidade em igual quantidade e especificação/tipo, de forma a manter o quantitativo necessário de peças diárias; Caso a ocorra entrega inferior à demanda programada, a licitante terá o prazo de até 06h (seis) horas para regularização;

3.4.1.8. O serviço inclui a coleta da roupa na rouparia, recebimento e lavagem da roupa suja, secagem e calandragem da roupa limpa, separação e transporte da roupa limpa à Rouparia, área responsável pela centralização das roupas.

3.4.1.9. A quantidade de serviços poderá variar de acordo com a demanda da unidade de saúde ficando estabelecida, neste documento, somente uma estimativa para processamento de roupas hospitalares;

3.4.1.10. As roupas retiradas, diariamente, deverão ser devidamente acondicionadas, conforme normas de biossegurança preconizadas pela CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, sendo necessário o monitoramento regular do enxoval disponibilizado, pela CCIH da unidade, onde couber;

3.4.1.11. A empresa especializada deverá apresentar, sempre que solicitado, laudo com os resultados dos testes bacteriológicos do meio ambiente e da água de abastecimento da lavanderia e testes de pH de produtos e da água, conforme estabelecido no Manual de Processamento de Roupas de Serviço de Saúde: Prevenção e Controle de Risco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2009;

3.4.1.12. Todas as peças do enxoval deverão conter tecnologia de rastreio, portanto, toda estrutura necessária para a operacionalização dessa funcionalidade deverá ser disponibilizada pela empresa especializada, nas unidades de saúde, inclusive treinamento de servidores para sua operacionalização;

3.4.1.13. As peças extraviadas (em posse da empresa especializada) ou danificadas durante o processamento deverão ser repostas sem ônus para a SEMUS;

3.4.1.4. Possuir capacidade técnica operativa e profissional (equipe técnica) para o processamento das roupas hospitalares, de modo a manter o abastecimento adequado e as condições necessárias para desinfecção, higienização, acondicionamento de toda a roupa processada de maneira a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a retirada e entrega da roupa por meio de veículos adequados;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.4.1.15. Garantir mão de obra especializada, pessoal técnico, operacional e administrativo, em número suficiente para desenvolver todas as atividades previstas, observadas as normas vigentes de vigilância sanitária;

3.4.1.16. Relatório de ocorrência antes, durante e após o processo de lavagem de roupas;

3.4.1.17. Relatório de ocorrências na distribuição de roupa limpa e coleta de roupa suja;

3.4.1.18. Executar todos os serviços, compreendendo: coleta, lavagem, desinfecção, higienização e entrega da roupa devidamente embalada em saco plástico transparente;

3.4.1.19. As peças de roupa destinadas aos pacotes cirúrgicos não poderão receber emendas ou consertos de qualquer natureza, devendo ser substituída em caso de dano;

3.4.1.20. A empresa deverá efetuar tratamento adequado para remoção dos diversos tipos de manchas. Quando se tratar de manchas indelévels, a roupa será considerada imprópria para o uso;

3.4.1.21. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os mediante crachás com fotografia recente e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's. A Contratada se obriga a observar o uso de uniforme e equipamento de proteção individual e coletivo em todos os seus trabalhadores, conforme normas legais. Os trabalhadores que atuam na área limpa deverão utilizar obrigatoriamente touca para evitar queda de cabelos nas roupas limpas e não usar qualquer tipo de adereços (anel, colares, relógios ou pulseiras);

3.4.1.22. A Contratada deverá assumir o ônus decorrente de ações judiciais, por danos causados a terceiros, direta ou indiretamente em razão da execução dos serviços contratados;

3.4.1.23. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus à Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

3.4.1.24. Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços de lavanderia, distribuído de forma a cobrir a carga horária preconizada, de segunda-feira a domingo, de modo que venha a suprir as necessidades dos compromissos firmados com a CONTRATANTE, garantindo a continuidade dos serviços, com elementos e encarregados capazes de tomarem decisões neste período;

3.4.1.25. A CONTRATADA deverá apresentar relação de equipamentos de proteção individual (EPI) que serão distribuídos aos funcionários. Esta relação deverá conter a função e os equipamentos específicos destinados a cada um;

3.4.1.26. A Contratada não poderá reutilizar as embalagens de produtos químicos;

### **3.5. DO REGIME DE COMODATO**

**3.5.1.** A empresa contratada deverá disponibilizar, em regime de comodato, todo o enxoval hospitalar necessário à plena execução dos serviços contratados, compreendendo, no mínimo, peças destinadas ao uso de pacientes, profissionais de saúde e às atividades assistenciais e cirúrgicas, em quantitativo suficiente para atender à demanda das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**3.5.2.** O fornecimento do enxoval em comodato abrangerá a manutenção da quantidade mínima necessária à operação, bem como a reposição das peças desgastadas ou que atinjam o fim de sua vida útil, observados os critérios técnicos e operacionais estabelecidos, respeitado o percentual de extravio admitido, permanecendo a propriedade dos bens com a contratada durante toda a vigência contratual.

3.5.3. Para a efetiva execução dos serviços de recebimento de roupas hospitalares, a Contratada deverá disponibilizar (em quantidades e características), em cada hospital/unidade de saúde, os produtos elencados abaixo, consoante disposto neste termo de referência:

3.5.3.1. Balança Digital, com laudo de aferição válido por 6 (seis) meses emitido por empresa especializada do ramo, sem ônus para o Contratante;

3.5.3.1.1. Carro contentor com tampa lavável;

3.5.3.1.2. Sacos hampers de tecido ou plástico de uso único (que tenham qualidade suficiente para resistir ao peso da roupa, cor diferente dos sacos de resíduos dos serviços de saúde e compatíveis com a capacidade dos hampers fornecidos), conforme definição do Contratante.

3.5.3.1.3. Caso o saco hamper a ser utilizado seja o de tecido, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e transporte da RS (Roupa Suja), de forma a evitar vazamentos e contaminação do ambiente;

3.5.3.1.4 O saco hamper de tecido deverá ser submetido ao mesmo processo de lavagem da roupa, sendo que o seu peso deve ser descontado do total de roupas para efeitos de pagamento;

3.5.4. Carros prateleiras com portas.

3.5.1.4. Havendo variação significativa e justificada da demanda assistencial (ex.: alteração de leitos, taxa de ocupação, ampliação de serviços), poderá ser realizado ajuste técnico do dimensionamento do enxoval em comodato, mediante registro formal, memória de cálculo e validação pela Administração, preservado o equilíbrio econômico-financeiro quando aplicável.

**3.6. QUANTO AO INVENTÁRIO DO ENXOVAL HOSPITALAR DEFINIU-SE:**

**3.6.1.** Ao final de cada trimestre de execução contratual deverá ser realizado inventário do enxoval disponibilizado em regime de comodato, mediante contagem física das peças, com a finalidade de apurar índices de evasão, extravio e inutilização decorrente de mau uso, cujos resultados deverão ser analisados tecnicamente para subsidiar a adoção de medidas administrativas e operacionais cabíveis.

**3.6.2.** O inventário será realizado de forma individualizada em cada unidade de saúde, em trabalho conjunto entre empregado formalmente designado pela Contratada, representante da respectiva Unidade de Saúde e Fiscal do Contrato, responsável pelo acompanhamento e validação dos registros, assegurando a fidedignidade das informações e a rastreabilidade do controle do enxoval.

**3.6.3.** A CONTRATADA deverá apresentar relatório resultante do inventário do enxoval de roupas hospitalares, devidamente assinado pelos funcionários responsáveis por sua realização, o qual deverá ser encaminhado formalmente ao Gestor do Contrato designado, contendo informações consolidadas acerca de evasão intra-hospitalar, extravio ou perdas por mau uso, quando identificadas, com a finalidade de subsidiar a avaliação da suficiência do quantitativo circulante, bem como eventual necessidade de readequação do enxoval e/ou apuração de valores a serem considerados como custo adicional, observado o limite percentual contratualmente estabelecido.





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**3.6.4.** A evasão apurada nos inventários trimestrais ficará a cargo do CONTRATANTE desde que, comprovadamente, tenha ocorrido nas dependências das unidades de saúde e exceda o limite de 8% (oito por cento) ao mês, em termos de valores financeiros do enxoval circulante exigido pelas unidades de saúde.

**3.6.5.** Destacamos que, por conta da rastreabilidade por meio da tecnologia RFID (ou equivalente), a contagem dos itens se torna mais rápido e eficiente.

**3.6.6.** Destacamos que a ferramenta RFID (ou equivalente), requisito para esta contratação, tem o objetivo de reduzir/evitar o extravio/evasão do enxoval hospitalar.

**3.7. REQUISITOS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**3.7.1.** A licitante deverá possuir lavanderia hospitalar própria para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade (desinfecção, higienização, reparos, acondicionamento, guarda e transporte de toda a roupa processada) de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados;

**3.7.2.** A Contratada deverá disponibilizar quantitativo de enxoval suficiente para atender integralmente ao ciclo operacional completo, compreendendo as fases de uso nas unidades assistenciais, processamento/lavagem, transporte e estoque operacional para reposição imediata, assumindo integral responsabilidade pelo dimensionamento adequado, de modo a garantir a continuidade do atendimento e evitar desabastecimentos.

**3.7.3.** Na continuidade da execução contratual, a Contratada deverá assegurar quantitativo suficiente para atender ao ciclo operacional completo do enxoval, considerando as quatro etapas simultâneas do processo, a saber:

**3.7.3.1.** Enxoval em uso nas unidades assistenciais;

**3.7.3.2.** Enxoval em processamento/lavagem na lavanderia;

**3.7.3.3.** Enxoval em traslado/transporte entre a unidade de saúde e a lavanderia; e

**3.7.3.4.** Enxoval em estoque operacional para reposição imediata. Tal dimensionamento visa garantir a continuidade do atendimento, evitar desabastecimentos e assegurar o fluxo adequado de reposição, em conformidade com as boas práticas de gestão de enxoval hospitalar.

**3.7.3.5.** No transporte do enxoval entre as unidades/hospitais e as dependências da Contratada, deverá ser observada a separação rigorosa entre roupa suja e roupa limpa, de forma a evitar qualquer risco de contaminação cruzada. O transporte deverá ser realizado, preferencialmente, em veículos distintos ou, quando tecnicamente justificado, em compartimentos fisicamente segregados, com barreiras físicas, fluxos independentes e identificação adequada, em conformidade com o Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde (ANVISA, 2009) e a RDC ANVISA nº 06/2012. Os veículos deverão ser exclusivos ou dedicados ao transporte de enxoval hospitalar, dotados de condições que assegurem a integridade, proteção, higiene, rastreabilidade e biossegurança durante todo o traslado, incluindo procedimentos de higienização periódica dos compartimentos e controle documental do fluxo de coleta e entrega.

**3.7.3.6.** A contratada deverá disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

**3.7.3.7.** A empresa deve ter experiência comprovada na lavagem de roupa com contaminação biológica, ter registro na ANVISA para funcionamento e utilizar materiais e produtos químicos conforme normas



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

estabelecidas pela Legislação vigente, atendendo no que couber os critérios de sustentabilidade ambiental;

3.7.3.8. A empresa especializada deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa, dotada de condições totais a suprir a necessidade - desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados;

3.7.3.9. Os produtos saneantes, detergentes, desinfetantes e demais insumos químicos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados ou notificados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme disposto na Lei Federal nº 6.360, de 1976, no Decreto nº 8.077, de 2013, na RDC ANVISA nº 40, de 2008, e na RDC ANVISA nº 59, de 2010, ou outras que venham a substituí-las ou complementá-las. Deverão, ainda, ser apresentadas, sempre que solicitado, as FISPQ – Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos, atualizadas, conforme a ABNT NBR 14725, bem como demais documentos técnicos exigidos pelos órgãos reguladores, garantindo a rastreabilidade, a segurança ocupacional e a conformidade sanitária dos produtos utilizados.

3.7.3.10. As coletas do enxoval nos hospitais e unidades de saúde deverão ser realizadas por empregados da Contratada devidamente capacitados, treinados, uniformizados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em conformidade com a NR-06 (Equipamentos de Proteção Individual) e a NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde), bem como demais normas aplicáveis, devendo ser utilizados EPIs compatíveis com os riscos da atividade, tais como luvas de proteção, avental impermeável, máscara de proteção, botas impermeáveis ou calçados de segurança, óculos de proteção ou protetor facial e gorro, quando aplicável, em quantidade suficiente para atendimento da demanda, de modo a assegurar a regularidade, a continuidade do serviço e a prevenção de riscos ocupacionais nas dependências da Contratante.

3.7.3.10. O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde sua utilização até seu retorno em ideais condições de reuso, conforme diretrizes da Publicação ANVISA - Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos - Série Tecnologia em Serviços de Saúde – 1ª EDIÇÃO, 2009, quais sejam:

3.7.3.10.1. Coleta da roupa suja no setor determinado pelo hospital/unidade de saúde;

3.7.3.10.2. Pesagem e Retirada da roupa suja;

3.7.3.10.3. Transporte da roupa suja para as dependências da Contratada;

3.7.3.10.4. Recebimento e acondicionamento da roupa suja nas dependências da Contratada;

3.7.3.10.5. Separação e classificação da roupa suja;

3.7.3.10.6. Lavagem da roupa suja, incluindo: umectação, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, enxague, neutralização ou acidulação e amaciamento.

3.7.3.10.7. Secagem e calandragem da roupa limpa;

3.7.3.10.8. Reparo e reaproveitamento de peças danificadas;

3.7.3.10.9. Separação, dobra e embalagem da roupa limpa;

3.7.3.10.10. Transporte e entrega da roupa limpa da lavanderia para o hospital/unidade de saúde;

3.7.11. As roupas serão coletadas pela Contratada diariamente, incluindo sábados, domingos e feriados, em horário estabelecido pelo Gestor do Contrato e, em casos de necessidade, em outra periodicidade por esta estabelecida, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas, conforme endereços listados





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

no Anexo II, de acordo com a Ordem de Serviço e Cronograma, sendo devolvidas devidamente lavadas, passadas e embaladas em saco plástico transparente;

3.7.12. A Contratada deverá se responsabilizar pela adequação dos processos de lavagem utilizada, sempre que comprovadamente se fizer necessário e sem ônus para o Contratante;

3.7.13. Fica reservado ao Contratante o direito de realizar visitas às dependências da Contratada, para a supervisão, sempre que julgar necessário, devendo agendar vistorias técnicas, podendo utilizar de modelo disponibilizado pela ANVISA para esta finalidade;

3.7.14. A coleta interna será realizada com um carro contentor em plástico resistente, com tampa, laváveis, com dreno para eliminação de líquidos, capacidade de acordo com a demanda do hospital/unidade de saúde, na cor BRANCA, com identificação de RS (Roupa suja), os quais NÃO devem servir à distribuição de roupas limpas;

3.7.15. Os sacos deverão ser vedados e pesados na presença de servidor da Contratante e do representante da Contratada, que os transportará para as dependências da Contratada, em veículo próprio, tipo baú;

3.7.16. Caso exista diferença entre a quantidade de roupas apurada pelo Contratante e pela Contratada, utilizar-se-á aquela apurada pelo Contratante para efeitos de pagamento;

3.7.17. A empresa especializada deverá disponibilizar um funcionário para acompanhar a retirada de enxoval sujo assim como a entrega do enxoval limpo. As movimentações de roupas, tanto de entrada das roupas processadas quanto de saída das roupas com sujidade, sejam registradas em arquivo digital;

3.7.18. O deslocamento da roupa suja até o veículo que a transportará até as dependências da Contratada deverá ser feito por meio da “rota de roupa suja”, observando-se que em hipótese alguma haja cruzamento entre roupa limpa e roupa suja.

3.7.19. A empresa especializada deverá disponibilizar sacos hampers confeccionado em algodão cru com cordão para fixação e ajuste no suporte assim como todos os equipamentos e materiais para a pesagem e o transporte do enxoval;

3.7.20. Excepcionalmente, poderá ser solicitada coleta e/ou entrega extraordinária de roupas hospitalares fora da rotina previamente estabelecida, nas hipóteses de aumento súbito e não programado da demanda assistencial, ocorrência de evento epidemiológico ou necessidade emergencial devidamente justificada pela unidade de saúde. A solicitação deverá ser formalizada pelo Fiscal do Contrato, mediante Ordem de Serviço, com indicação da unidade, volume estimado e prazo de atendimento. O atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 24 horas. A eventual repercussão financeira observará as regras previstas no contrato e na legislação aplicável;

3.7.21. A empresa licitante deverá atender a solicitação da equipe de fiscalização do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas;

3.7.22. Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres humanos envolvidos no processo, em observância à NR 32, de novembro de 2005-Ministério do Trabalho e Emprego – Que estabelece diretrizes de segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

3.7.23. As peças destinadas ao atendimento deste objeto, descritas no apêndice I deste termo de referência, deverão ser: padronizadas (padronagem abrange o modelo da peça, tipo de tecido, cor e medidas) e de primeiro uso (novas - não sendo admitidas peças já usadas, com manchas de sujidade,



## P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

#### - SEMUS -

defeituosas ou com tecido degradado), atendendo à Resolução CONMETRO nº 2 de 06/05/2008 - *Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Técnico Mercosul Sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis* e ABNT - NBR – 12546 de 2017, NBR 13734 de 1996, NBR 14027 de 1997, NBR 14028 de 1997, NBR – 13917 de 1997 - Normas ABNT NBR para roupas hospitalares;

3.7.24. Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa Contratada, com fornecimento de todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos necessários, sendo vedada a subcontratação. O processamento das roupas hospitalares deverá ocorrer exclusivamente nas instalações da própria Contratada, cabendo-lhe, sob sua inteira responsabilidade técnica, sanitária e operacional, a execução integrada das etapas de coleta, transporte, processamento e devolução do enxoval às Unidades de Saúde;

3.7.25. A equipe técnica da contratada deverá apresentar-se nos locais de execução dos serviços devidamente uniformizada, inclusive com utilizações de crachás de identificação funcional e da empresa. Usar, obrigatoriamente, os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em vista do risco que os serviços oferecem;

3.7.26. Toda roupa limpa que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória deverá ser separada, retornando para a seção de rouparia para que seja feito, pela empresa especializada, um novo processo de lavagem ou remoção de manchas e desinfecção, não havendo ônus para a SEMUS;

3.7.27. A contratada estará sujeita às sanções previstas na legislação regente, em caso de descumprimento das obrigações previstas em tal normativo.

3.7.28. A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico que permita o rastreamento de cada uma das peças de enxoval disponibilizado nas unidades de saúde.

3.7.29. Entenda-se como processamento o ciclo completo da lavagem, incluindo a pesagem e a separação prévia das roupas, a pré-lavagem e a lavagem, aí obedecidas as especificações dos enxagues, o alvejamento, a desinfecção, a acidulação, o amaciamento, a secagem, a revisão, a separação, o reparo de danos, a passagem, a dobradura, o empacotamento das peças separadas por tipos, tamanhos, kits, e qualquer outra etapa necessária ao fornecimento das roupas em perfeitas condições de uso e maior facilidade de utilização pelos usuários;

3.7.30. O processamento deverá obedecer ao descrito no Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde: Prevenção e Controle de Riscos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – 2009 e deve assegurar a eliminação de substâncias alergênicas ou irritantes existentes nos removedores de sujidades;

3.7.31. No processo de lavagem da roupa, somente devem ser utilizados produtos saneantes (sabões, detergentes, alvejantes, amaciantes de tecidos, neutralizadores, desinfetantes, dentre outros) devidamente registrados/notificados na ANVISA. As dosagens dos produtos a serem utilizados deverão seguir rigorosamente às instruções do fabricante, visando à garantia do serviço executado;

3.7.32. A coleta e entrega do enxoval deverá ser realizada de acordo com periodicidade e horário pré estabelecidos pela Contratante, de forma a cobrir a necessidade de roupas limpas;

3.7.33. A CONTRATADA arcará com até 8% (oito por cento) de reposição de peças pertencentes ao enxoval em Comodato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, na hipótese de evasão apurada após verificação através de inventários;

3.7.34. Define-se como evasão, o enxoval diagnosticado como perdido, sem que fosse justificado à Contratada seu desaparecimento;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.7.35. Os custos com a perda de enxoval, causados pela evasão, que ultrapassar os 8%, será de responsabilidade da CONTRATANTE, e a CONTRATADA poderá cobrar através de fatura específica a cada trimestre, desde que apresente a comprovação de reposição do percentual que excedeu à sua responsabilidade;

3.7.36. Após a efetiva reposição referente à evasão, a Contratada deverá apresentar, quando da cobrança do valor referente ao enxoval reposto, a comprovação dos custos com a reposição, através de tabelas/notas fiscais/faturas;

3.7.37. O pagamento dos custos com a perda de enxoval ficará condicionado à comprovação da reposição do enxoval.

3.7.38. Considerando que o fornecimento do enxoval hospitalar ocorrerá em regime de comodato, cumpre registrar que os riscos inerentes à perda de peças decorrentes de evasão ou extravio nas dependências das unidades de saúde poderão integrar a esfera do risco administrativo próprio da Administração Pública;

3.7.39. Nessas hipóteses, uma vez devidamente comprovado que a ocorrência se deu no âmbito das unidades assistenciais da rede municipal e que ultrapassado o percentual de responsabilidade atribuído à contratada, a Administração poderá responder pelos prejuízos efetivamente demonstrados, mediante procedimento administrativo próprio de apuração. Tal responsabilização decorre da aplicação do regime jurídico administrativo e da teoria do risco administrativo, segundo a qual a Administração responde objetivamente pelos danos causados a terceiros no exercício de suas atividades, quando comprovado o nexo causal entre a atuação administrativa e o prejuízo experimentado.

3.7.40. Ressalte-se, contudo, que eventual indenização não se confunde com o valor estimado ou referencial das peças constantes da grade de enxoval, tampouco constitui obrigação automática ou faturamento ordinário do contrato. A recomposição patrimonial dependerá da instauração de processo administrativo específico, com apuração das circunstâncias do extravio, verificação de responsabilidade, comprovação da reposição das peças e disponibilidade orçamentária própria, observando-se os procedimentos legais pertinentes à indenização administrativa.

### 3.8 Reparo e reaproveitamento de peças danificadas.

3.8.1. As peças que não se apresentarem de acordo com os padrões aceitos pela Contratante (danificadas e/ou desgastadas pelo tempo de uso), serão consideradas excluídas, sendo de responsabilidade da Contratada a reposição imediata (em até 24 horas), dentro das mesmas características do enxoval elencado neste termo de referência.

3.8.2. Serão consideradas impróprias para uso as peças do enxoval hospitalar que não mais suportem reparos técnicos, ou que apresentem comprometimento da integridade estrutural, da funcionalidade, da segurança, da higiene ou do conforto do usuário, devendo ser segregadas, baixadas do patrimônio operacional e substituídas, conforme critérios técnicos de gestão de enxoval e práticas adotadas.

3.8.3. Caberá ao setor de Lavanderia dos hospitais indicar as roupas consideradas impróprias para o uso.

3.8.4. As peças danificadas e/ou desgastadas, mas ainda dentro do padrão de aceitabilidade definido pela Contratante, serão reparadas por costureiras aos custos da Contratada, devendo serem reprocessadas antes do envio aos hospitais/unidades de saúde.

3.8.5. A contratada deve dispor, nas suas instalações, de serviço de costura capaz de corrigir os danos passíveis de recuperação, incluindo a reposição de aviamentos originais danificados.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.8.6. A Contratada arcará com todo custo de reposição de enxoval nos casos de desgastes decorrentes do processamento inadequado das peças e desgaste provocado pelo tempo de uso.

3.9. Tratamento de perfurocortantes e objetos estranhos no enxoval hospitalar:

3.9.1. A Contratada deverá adotar procedimentos específicos e rigorosos para a identificação, segregação e tratamento de peças de enxoval hospitalar que contenham ou estejam associadas a perfurocortantes, materiais perfurantes, cortantes ou quaisquer objetos estranhos, tais como agulhas, lâminas, bisturis, vidros, ampolas, clips metálicos ou similares, eventualmente descartados de forma inadequada nas roupas hospitalares.

3.9.2. A identificação de perfurocortantes ou objetos estranhos deverá ocorrer preferencialmente na etapa inicial de recepção, triagem e separação do enxoval sujo, antes do processamento, de modo a prevenir acidentes de trabalho, danos aos equipamentos e riscos à saúde dos trabalhadores envolvidos.

3.9.3. As peças de enxoval que contenham perfurocortantes ou objetos estranhos deverão ser imediatamente segregadas, interrompido o seu processamento, e encaminhadas para tratamento específico, conforme protocolos de biossegurança, saúde e segurança do trabalho e normas sanitárias aplicáveis.

3.9.4. A Contratada será integralmente responsável pela adoção de medidas de proteção coletiva e individual, incluindo o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, treinamento contínuo dos trabalhadores e implementação de rotinas seguras de manuseio, em conformidade com a NR-32 e demais normas correlatas.

3.9.5. Os perfurocortantes e objetos estranhos identificados deverão ser descartados pela Contratada em recipientes apropriados e encaminhados para destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis aos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS.

3.9.6. As peças de enxoval contaminadas por perfurocortantes ou objetos estranhos que apresentem danos estruturais, riscos à segurança ou impossibilidade de recuperação técnica serão consideradas impróprias para uso, devendo ser baixadas do patrimônio operacional e imediatamente substituídas pela Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

3.9.7. Quando tecnicamente possível e seguro, as peças que não apresentem comprometimento estrutural poderão ser reprocessadas, desde que submetidas previamente à inspeção, higienização, desinfecção e validação técnica, assegurando-se que não haja risco residual ao usuário ou aos profissionais de saúde.

3.9.8. A Contratada deverá manter registros formais das ocorrências envolvendo perfurocortantes e objetos estranhos, com identificação da unidade de origem, tipo de material encontrado, medidas adotadas e destino final, devendo tais registros ser disponibilizados à fiscalização do contrato sempre que solicitados.

3.9.9. A ocorrência reiterada de perfurocortantes ou objetos estranhos no enxoval hospitalar deverá ser comunicada formalmente à Contratante, para fins de adoção de medidas corretivas, educativas ou operacionais junto às Unidades de Saúde, sem prejuízo das responsabilidades da Contratada quanto à continuidade e segurança da execução dos serviços.

3.10. Serviço de entrega da roupa limpa - RL

3.10.1. A Contratada deverá entregar os quantitativos de RL (Roupa Limpa) diretamente nas Rouparias ou locais determinados pelos Hospitais/Unidades, de segunda a domingo, inclusive nos feriados, no horário a combinar com o Setor de Hotelaria e/ou responsável pelo hospital.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.10.2. A CONTRATADA transportará os volumes de roupa limpa até o Hospital/Unidades em veículo de sua propriedade, devidamente higienizado antes de cada transporte e em perfeito estado de conservação e manutenção.

3.10.3. A RL deverá estar acondicionada em sacos plásticos transparentes, fornecidos pela Contratada, resistentes, devidamente lacrados e identificados por tipo de enxoval e quantidade a ser definida pela Contratante, acompanhada de nota de entrega, com informações sobre o destino e conteúdo dos volumes.

3.10.4. A roupa privativa (kits) deverá ser embalada individualmente em sacos plásticos transparentes, identificada de acordo com os diversos tipos e tamanhos, conforme determinação da Contratante.

3.10.5. O enxoval deverá ser entregue pela Contratada, com as dobras técnicas determinadas pela Contratante.

3.10.6. A Contratada pesará os volumes de RL e/ou conferirá seus conteúdos, conferindo as peças e quantitativos por volumes entregues, na presença de funcionários da Contratante, emitindo recibos (assinados pelas Partes) correspondentes aos volumes pesados e ao número e tipo de peças constantes em cada volume, com cópias para as partes para ser anexado em planilhas pela Contratante para posterior conferência OU enviar a pesagem em cada rol, através de nota de entrega, emitida em duas vias (a primeira da Contratada e a segunda da Contratante) e com a possibilidade de acompanhamento pela Contratante através de interfaceamento com qualquer software de gestão.

3.10.7. Toda roupa limpa recebida pela Contratante, que apresentar qualidade de limpeza insatisfatória, será separada e devolvida à Contratada, para que seja realizado um novo processo de lavagem com desinfecção, ficando isenta de nova pesagem, não havendo ônus para a Contratante.

3.10.8. O prestador de serviço deverá verificar rigorosamente as condições de higiene dos carros de transporte, para evitar contaminações;

3.10.9. Quando da entrega da roupa processada, esta deverá ser pesada na presença de um empregado da Contratada e outro do Contratante.

3.10.10. O peso da roupa limpa não deverá ser inferior ao peso do mesmo lote de roupa suja multiplicado por 1 menos o índice de sujidade o qual deve estar entre 8% e 15%;

3.10.11. As roupas limpas, quando de sua entrega, deverão vir acompanhadas de relatório contendo uma relação geral, na qual conste o rol da roupa entregue – número total de cada peça e peso da roupa limpa, assim como a anotação de ocorrências, se houver;

3.10.12. O tempo entre a retirada e a devolução da roupa não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas.

3.10.13. Caberá à Contratada, manter, obrigatoriamente, a disponibilidade diária de roupa.

3.11. Do sistema de rastreamento das peças/roupas hospitalares.

3.11.1. Segundo Plano Diretor de Logística Sustentável: 2024/Cadernos de Logística/Governo Federal, que visa estabelecer novos paradigmas para a gestão interna e influenciar o mercado fornecedor, fomentando, dessa forma, negócios de impacto, inovação, no Eixo “Fomento à inovação no mercado”, lê-se:

*A inovação pode ocorrer por meio da criação de bens e serviços inexistentes, como novos softwares e equipamentos médicos, por exemplo, ou ainda pela reinvenção de serviços, processos e modelos de negócios. Importa destacar que inovar não é realizar qualquer mudança, mas agregar valor, elevando-se o desempenho de determinado processo.*



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.11.2. Diante disso, neste Estudo propõe que a empresa especializada na prestação do serviço ora exarado, garanta/disponibilize tecnologia de rastreamento, onde todas as peças do enxoval usadas por pacientes e profissionais de saúde, incluindo o enxoval cirúrgico, recebam um chip/ferramenta que permita o rastreabilidade. A referida tecnologia deverá possibilitar saber: quantas peças foram para cada unidade, para qual setor foram enviadas, onde devem estar no momento, quantas são encaminhadas para a lavanderia após o uso, entre outras informações.

3.11.3. A tecnologia utilizada para controlar a circulação das peças nas unidades de saúde deverá ser a mesma utilizada na frequência de rádio para captura e controle de dados. Conforme pesquisa realizada no mercado, a tecnologia aqui abordada se define como:

*A identificação por rádio frequência (RFID – Radio Frequency Identification) tem sido um assunto amplamente abordado, nas empresas, no meio acadêmico e na mídia. Uma das razões desse interesse é o possível valor estratégico dessa tecnologia (PEDROSO, ZWICKER e DE SOUZA, 2009). Nesse sentido, diversas empresas e instituições utilizam sistemas de controle de acesso para administrar e autorizar o fluxo de pessoas e/ou objetos. A tecnologia RFID é um método de identificação automática sem fio que utiliza ondas de rádio para obter remotamente dados armazenados em dispositivos denominados etiquetas ou tags (BARBIN, 2015).*

3.11.4. Conforme pesquisado, um sistema RFID básico é composto por uma etiqueta (tag) que fornece dados a um dispositivo leitor a partir de uma antena;

3.11.5. O sistema de rastreamento por RFID (ou equivalente) a ser utilizado deverá atender a requisitos mínimos de desempenho que assegurem confiabilidade, rastreabilidade e controle operacional do enxoval hospitalar. Deverá possuir alcance de leitura compatível com os pontos de operação (portais, esteiras ou áreas de conferência), com distância mínima efetiva de 1,0 metro em leituras fixas, sem necessidade de contato visual direto com as etiquetas. A acurácia de leitura deverá ser igual ou superior a 99% por ciclo operacional, admitindo taxa máxima de erro (não leitura ou leitura indevida) de até 1%, com mecanismos automáticos de revalidação. O sistema deverá suportar leitura simultânea de múltiplos itens (anti-colisão), garantindo processamento em volume compatível com a rotina hospitalar, sem geração de filas ou atrasos logísticos;

3.11.6. As etiquetas deverão ser resistentes aos processos de lavagem industrial, desinfecção térmica e química, secagem e calandragem, mantendo integridade funcional durante toda a vida útil estimada do enxoval. O sistema deverá assegurar registro individualizado das movimentações, com gravação de data, hora, local e evento (coleta, processamento, expedição e entrega), permitindo auditoria, rastreabilidade histórica e emissão de relatórios gerenciais. A solução deverá ainda possuir disponibilidade operacional mínima de 98% ao mês e garantir segurança e inviolabilidade dos dados coletados.

3.11.7. A adoção dessa tecnologia permite controlar a vida útil de cada peça utilizada pelos pacientes e trabalhadores, agilizando o serviço oferecido pela lavanderia, além de otimizar a troca de peças quando necessário, pois permite o registro imediato das coletas de roupas sujas em todos os setores, informando o peso coletado, horário e funcionário que realizou a coleta, o peso de roupa limpa enviado a unidade de saúde, preservando a rotatividade das peças.

3.11.8. Por meio do sistema de rastreio, é possível saber se uma peça está no lugar para o qual foi enviado ou se houve algum problema, como a evasão (retirada do local sem controle).

*Na seara de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e científico, têm-se ainda outros importantes instrumentos como a encomenda tecnológica, a compensação comercial, industrial e tecnológica em contratações públicas e o bônus tecnológico, previstos pela Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 – a qual dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo,*





## PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- SEMUS -

*regulamentada pelo Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. (CADERNOS DE LOGÍSTICA, SEGES/MGI, 2024)*

3.11.9. Em síntese, após o processo de lavagem, as roupas limpas são dobradas e empacotadas em embalagens plásticas e seladas. Durante esse processo as roupas são separadas por unidade. Após a leitura do chip de todos os artigos, o sistema gerará um relatório detalhando dos itens a serem enviados para a unidade de saúde. O respectivo processo é utilizado tanto para roupas entregues na unidade(limpas) quanto para as roupas recolhidas na unidade (sujas).

3.11.10. A solução combina etiquetas de lavanderia RFID (ou equivalente) laváveis e duráveis, juntamente com leitor de computador portátil e leitor de gabinete para capturar dados de itens. Cada item do enxoval deve estar associado a um chip de tag exclusivo desse item. Os leitores digitalizam cada chip. O item circula por toda a unidade de saúde e os movimentos são armazenados e apresentados em tempo real facilitando a identificação dos mesmos e prevenindo possíveis perdas/evasão.

3.11.11. Com base nas diretrizes de inovação e rastreabilidade expostas, estabelece-se que a tecnologia a ser adotada para o controle, monitoramento e rastreabilidade do enxoval hospitalar não se restringe exclusivamente ao sistema RFID, podendo a empresa contratada empregar tecnologia equivalente ou similar, desde que tecnicamente comprovada, amplamente utilizada no mercado e capaz de assegurar, de forma eficaz e contínua, a identificação individualizada das peças, o acompanhamento de sua circulação entre as unidades e setores, o registro das etapas de coleta, processamento e distribuição, bem como o controle de vida útil, perdas e evasões. A solução tecnológica apresentada deverá garantir, no mínimo, níveis de controle, segurança da informação, confiabilidade dos dados e rastreabilidade compatíveis com aqueles proporcionados pela tecnologia RFID (ou equivalente), observadas as diretrizes da SEMUS, as boas práticas de gestão hospitalar e as normas sanitárias aplicáveis.

3.11.12. Nesse entendimento, a empresa especializada executará fielmente o serviço contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o bom desempenho, realizando o serviço em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da SEMUS, observando sempre os critérios de qualidade dos serviços.

3.11.13. O sistema informatizado de rastreabilidade deverá disponibilizar relatórios operacionais e gerenciais padronizados, bem como permitir a extração de informações sob demanda pela Contratante, de modo a assegurar transparência, controle patrimonial e gestão do ciclo de vida do enxoval. Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato eletrônico editável (planilha) e não editável (PDF), com possibilidade de exportação de dados brutos (CSV ou equivalente) para tratamento interno.

### 3.11.14. Periodicidade mínima obrigatória

3.11.14.1. Relatório Operacional de Remessa/Retorno: emissão mensal, por unidade atendida, contendo os itens enviados e recebidos.

3.11.14.2. Relatório de Processamento: emissão mensal consolidada, demonstrando o volume processado (kg e peças), ciclos realizados e indicadores de desempenho.

3.11.14.3. Relatório de Inventário do Enxoval: emissão trimestral, conforme item 3.6.3 deste contrato, com posição atualizada do acervo, incluindo evasão, extravio, descarte técnico e reposições.

3.11.14.4. Relatório de Ocorrências: emissão imediata sempre que houver inconsistências, perdas ou não conformidades.

3.11.14.5. Campos mínimos obrigatórios dos relatórios



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- 3.11.14.5.1. Identificação da unidade de saúde;
- 3.11.14.5.2. Data e horário da movimentação;
- 3.11.14.5.3. Tipo de evento (coleta, processamento, expedição, entrega, baixa, descarte);
- 3.11.14.5.4. Identificação individual da peça (código RFID ou equivalente);
- 3.11.14.5.5. Tipo de item (lençol, campo cirúrgico, avental etc.);
- 3.11.14.5.6. Quantidade de lavagens/ciclos já realizados;
- 3.11.14.5.7. Peso processado vinculado ao lote;
- 3.11.14.5.8. Tempo de ciclo (coleta até devolução);
- 3.11.14.5.9. Situação da peça (ativa, manutenção, extraviada, descartada);
- 3.11.14.5.10. Registro de inconformidades, quando houver;
- 3.11.14.5.11. Identificação do responsável pela operação.

**3.11.15. Relatórios gerenciais sob demanda**

- 3.11.15.1. O sistema deverá permitir à Contratante gerar consultas customizadas, sem intermediação da Contratada, tais como:
  - 3.11.15.1.1. Peças com quantidade de lavagens superior a limite parametrizado;
  - 3.11.15.1.2. Tempo médio de processamento por unidade;
  - 3.11.15.1.3. Taxa de evasão ou extravio por período;
  - 3.11.15.1.4. Histórico completo de rastreamento de item específico;
  - 3.11.15.1.5. Indicadores de vida útil do enxoval;
  - 3.11.15.1.6. Comparativo de volumes processados entre unidades;
  - 3.11.15.1.7. Rastreabilidade por intervalo de datas, tipo de peça ou evento logístico.

**3.12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 3.12.1. Em se tratando de serviços, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

3.12.1.1. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da prestação dos serviços, ficando a verificação detalhada da conformidade com as exigências contratuais para etapa posterior.

3.12.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.13.1.3. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

3.13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.13.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

4. O Valor total do seguinte contrato importa em **R\$ XXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

4.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	
<b>Projeto Atividade</b>	
<b>Natureza de Despesas</b>	
<b>Fonte do Recurso</b>	
<b>Ficha</b>	
<b>Nota de Empenho</b>	

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme disposto nesse instrumento.

6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária

**6.3. FORMA DE PAGAMENTO**

6.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**6.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.4. LIQUIDAÇÃO**

**6.4.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

**6.4.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.4.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato, ou até a execução contratual total dentro do prazo de vigência, admitida prorrogação nas hipóteses legais aplicáveis às contratações de fornecimento contínuo, observados os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, bem como as condições estabelecidas neste Contrato, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**8.1.** A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade durante a execução do Contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

**8.2.** A licitante vencedora poderá escolher uma das seguintes modalidades:

**8.2.1.** Caução em dinheiro;

**8.2.2.** Caução em títulos da dívida pública, considerado apenas seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;

**8.2.3.** Seguro-Garantia;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

8.2.4. Fiança Bancária;

8.2.5. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.3 A garantia deverá ser previamente apresentada, antes da assinatura do Contrato Administrativo, observado os seguintes prazos:

8.3.1. Quando a licitante vencedora optar pela modalidade de seguro-garantia: prazo mínimo de 1 (um) mês, contado a partir da data de homologação da licitação (art. 96, § 3º, Lei Federal nº 14.133);

8.3.2. Quando a licitante vencedora optar pelas demais modalidades: prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contado a partir da data de homologação da licitação.

8.3.3. O prazo para apresentação de garantia poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que a licitante vencedora apresente as justificativas pertinentes, que deverão ser analisadas pela Administração.

8.3.4. Eventual pedido de prorrogação de prazo deverá ser formalizado por escrito e protocolado antes do término do prazo previsto.

8.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.4.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e,

8.4.3. Eventuais obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

8.5. Caso a opção seja por recolher a **caução em dinheiro**, a garantia deverá ser efetuada em favor da Prefeitura Municipal de São Luís, em conta específica a ser informada pela SEMUS, com correção monetária.

8.5.1. A licitante vencedora deverá providenciar prévio agendamento na SEMUS para obter informações sobre trâmites para garantia em moeda corrente, por meio do e-mail [csgsemus@gmail.com](mailto:csgsemus@gmail.com) ou agendado atendimento presencial no seguinte endereço: Rua Deputado Raimundo Viera da Silva, nº 2000- Parque do Bom Menino-CENTRO, de São Luís-MA.

8.6. Caso a opção seja por utilizar **títulos da dívida pública**, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

8.7. Caso utilizada a **modalidade de seguro-garantia**, a licitante vencedora deverá apresentar a identificação da seguradora com a devida comprovação de registro mediante Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e comprovante de emissão da respectiva apólice/certificado de seguro.

8.7.1. A apólice permanecerá em vigor mesmo que a Contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.7.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.7.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

8.7.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 8.4, observada a legislação que rege a matéria.

8.8. No caso de garantia na **modalidade de fiança bancária**, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



## PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- SEMUS -

8.9. No caso de garantia na **modalidade de título de capitalização custeado por pagamento único**, o título deverá ter sido comercializado por Sociedade de Capitalização devidamente autorizada a funcionar e somente será aceito se estiver devidamente registrado da SUPSEP.

8.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à SEMUS juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

8.10. No caso de alteração do valor do Contrato e/ou prorrogação de sua vigência, a Contratada se obriga a providenciar o ajuste ou renovação da garantia no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.11. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.12. Na hipótese do valor da garantia ser utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for Notificada.

8.13. A SEMUS executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.13.1. O emitente da garantia ofertada pela Contratada deverá ser notificado pela SEMUS quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

8.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

8.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

8.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

8.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela SEMUS com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada

### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9. São obrigações do Contratante:**

**9.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

**9.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato e no Termo de Referência;

**9.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- 9.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;
- 9.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 9.8.** Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 9.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.9.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.10.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 9.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.12.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.13.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 9.14.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 9.15.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado
- 9.16.** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 9.17.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**10.2.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**10.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**10.4.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento deste termo de referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

10.9.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

10.9.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

10.9.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da contratada;

10.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

10.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução do objeto contratual.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- 10.13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 10.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 10.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.28. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 10.29. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- 10.30. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço
- 10.31. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 10.32. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 10.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 10.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**11.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa:

**11.1.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**11.2.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**11.3.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**11.4.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**11.5.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**11.6.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**11.7.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**11.8.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**11.9.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**11.9.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**11.10.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**11.11.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUSTENTABILIDADE**

**12.1.** Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais, produtos e processos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução, a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável, em conformidade com a diretriz governamental de promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

**12.2.** Vale anotar que os objetivos das contratações públicas estão definidos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021. No item IV, lê-se o seguinte objetivo “*incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.*”

**12.3.** Diante disso a empresa especializada deverá:

**12.3.1.** Implementar soluções que reduzam o consumo de água e energia;

**12.3.2.** Fazer uso de tecnologias inovadoras e a favor do meio ambiente;

**12.3.3.** Usar produtos químicos de acordo com as recomendações do fabricante e as normas locais e que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

**12.3.4.** Possua profissionais treinados e habilitados, segundo a legislação vigente, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

**12.3.5.** Capacitação prévia e permanente em segurança e saúde ocupacional, dos profissionais que irão laborar na execução dos serviços de lavanderia hospitalar, conforme legislação vigente;

**12.3.6.** Os equipamentos, quando couber, e os produtos saneantes utilizados no processamento de roupas de serviços de saúde devem estar regularizados junto à ANVISA e/ou INMETRO;

**12.3.7.** A licitante deverá ter em seu quadro profissional, responsável pela coordenação das atividades, conforme disposto na legislação vigente;

**12.3.8.** Destinar, quando couber, para a coleta seletiva as embalagens dos produtos utilizado no processamento de roupas hospitalares. Nesse contexto destacamos a importância de adoção de uma logística reversa, nos termos do art. 3º da **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010:**

*VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.*

**12.4. Impactos ambientais.**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

12.4.1. A lavanderia hospitalar pode causar impactos ambientais críticos devido a presença de poluentes e produtos químicos no processamento das roupas. Estes impactos podem ser sentidos no ar, no solo e na água, e incluem:

12.4.1. A geração dos efluentes líquidos: os efluentes líquidos gerados na lavanderia hospitalar podem ser lançados diretamente na rede de esgoto, sem tratamento;

12.4.2. Geração de resíduos sólidos: resíduos de tecido, embalagem de produtos químicos, roupas descartadas;

12.4.3. Emissões de poluentes atmosféricos: os processos produtivos das lavanderias podem causar emissões gasosas que podem ser prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente;

12.4.4. Emissão de ruído: os processos de produção podem causar danos à saúde dos trabalhadores;

12.4.5. Eutrofização: os detergentes e espumas utilizados nas lavanderias podem causar eutrofização, um processo que leva ao acúmulo de nutrientes em cursos de água, prejudicando os peixes e outros animais aquáticos;

12.4.6. Os processos da lavanderia demandam um grande consumo de água;

12.4.7. A execução dos processos causa exposição a materiais biológicos e o risco de acidentes com materiais perfurocortantes;

12.4.8. Geração de lixo séptico (resíduos infectantes e biomédicos);

12.4.9. Risco biológico cruzado, do reuso, do descarte irregular do enxoval hospitalar.

12.4.10. Considerando os impactos elencados destacamos a necessidade da empresa especializada no processamento da roupa hospitalar de adotar meios ecologicamente válidos para fazer os seus processos, atendendo aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental abordado no tópico.

## **12.5. DA AMOSTRA**

12.5.1. A Contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução contratual, **amostra física de cada tipo de peça do enxoval hospitalar** a ser fornecido, em conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Anexo I deste termo de referência. A exigência de apresentação de amostras constará expressamente da Ordem de Serviço inicial, que fixará prazo compatível com a data prevista para o início da execução, de modo a permitir a análise técnica prévia pela equipe da SEMUS.

12.5.2. As amostras entregues serão submetidas à avaliação técnica pela equipe designada pela SEMUS, que disporá do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento, para proceder à análise quanto à conformidade com o Anexo I, considerando, entre outros aspectos, o modelo, as dimensões, a composição e gramatura dos tecidos, a qualidade das costuras e acabamentos, a resistência dos materiais, o tipo de estampas e bordados, bem como demais requisitos de desempenho e funcionalidade estabelecidos nos documentos de planejamento.

12.5.3. Ao término da avaliação, a equipe técnica da SEMUS emitirá manifestação formal quanto à aprovação ou rejeição de cada tipo de peça apresentada como amostra, devendo a decisão ser registrada em documento próprio e juntada ao processo de gestão contratual, servindo como referência para a fiscalização das futuras entregas.

12.5.4. Na hipótese de não aceitação de qualquer amostra, em razão de equívoco de especificação, inadequação de modelo, má qualidade do tecido, desconformidade de dimensões ou qualquer outro aspecto que contrarie as exigências contidas neste termo de referência, a SEMUS notificará a Contratada para que apresente nova amostra do item reprovado, em prazo a ser fixado na própria notificação,





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

observada a necessidade de não comprometer o início ou a continuidade da execução contratual. A reapresentação de amostras e os ajustes necessários correrão exclusivamente por conta da contratada, sem ônus adicional para a Administração, e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em caso de descumprimento reiterado das especificações.

12.5.5. Além das amostras físicas do enxoval, a Contratada deverá realizar, em data e local definidos pela SEMUS, demonstração prática do funcionamento do sistema de rastreamento individualizado das peças por tecnologia RFID (ou equivalente), utilizando-se de peças etiquetadas e do ambiente de software proposto, de modo a evidenciar a capacidade de identificação, leitura, registro, localização e rastreabilidade do enxoval ao longo das etapas de coleta, processamento, armazenamento, transporte e distribuição. A demonstração servirá de base para validação dos requisitos técnicos do sistema e para o ajuste dos procedimentos de fiscalização, podendo a SEMUS exigir eventuais adequações antes do início da operação regular.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**13.1.** Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo nos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.2.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.3.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**

**II. Multa:**

- a. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b. moratória de 1% (um por cento), por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - b.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
- c. compensatória de 5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III. Impedimento de licitar e contratar**

**IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**

**14.4.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.5.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.6.1.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.6.2.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**14.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.8.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**14.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.11.** O Contratante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**14.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e da regulação municipal, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**15.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**15.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**15.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**15.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**15.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**16.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**16.2.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**16.3.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**16.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**16.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**16.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**16.7.** O setor responsável comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**17.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**17.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO GESTOR DO CONTRATO**

**18.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**18.2.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**18.3.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**18.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**18.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**18.6.** O setor responsável comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**18.7.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**18.8.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**19.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

19.2.1. A vedação à subcontratação justifica-se pela natureza sanitária, integrada e contínua dos serviços de processamento de roupas hospitalares, os quais envolvem etapas indissociáveis de coleta, transporte, processamento, higienização, desinfecção, acondicionamento, distribuição e reposição do enxoval, todas inseridas em um único ciclo operacional.

19.2.1.1. A fragmentação da execução comprometeria:

19.2.1.1.1. O controle de infecção hospitalar,

19.2.1.1.2. A rastreabilidade do enxoval,

19.2.1.1.3. A responsabilização objetiva da Contratada,

19.2.1.1.4. E a coerência do modelo de execução definido neste contrato.

19.2.2. Dessa forma, a execução integral e direta pela Contratada constitui requisito essencial para garantir a segurança sanitária, a padronização dos procedimentos, a efetividade da fiscalização contratual e a adequada gestão do enxoval hospitalar nas Unidades de Saúde.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**20.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**20.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**20.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**20.5.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**20.5.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**20.5.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**20.5.3.** Das indenizações e multas.

**20.5.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**20.6.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**20.6.1.** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**20.6.2.** Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**20.7.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**20.8.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.9.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**20.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**20.11.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**20.12.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**20.12.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**20.12.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**20.12.3.** Das indenizações e multas.

**20.13.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**20.14.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**20.14.1.** Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e





**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

20.14.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

20.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE**

21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

21.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

22.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

23.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Município de São Luís, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos prazos previstos no inciso II do caput do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**



**P R E F E I T U R A D E S ã O L U Í S**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**- SEMUS -**

**24.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente instrumento, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Justiça Estadual do Termo Judiciário de São Luís – Comarca da Ilha de São Luís, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Luís (MA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**ANA CAROLINA MARQUES MITRI DA COSTA**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**  
**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_